MODELO URBANÍSTICO E A SEGREGAÇÃO DO INDIVÍDUO NO ESPAÇO URBANO

Caroline Cachoeira* Manoel Vinicio dos Santos Mattos**

RESUMO

Xanxerê e Chapecó são municípios localizados no Oeste catarinenses e exercem considerável influência regional. A urbanização dessas cidades é associada à atividade agroindustrial intensa, porém, ambas apresentam evidentes desigualdades sociais e espaciais. Nesse sentido, a proposta com este artigo é refletir sobre esse processo ao longo do tempo, ressaltando a expansão das cidades, a segregação socioespacial decorrente disso, além das experiências e percepções de quem as habita. Para isso se fez necessário abordar o processo de ocupação urbana, avaliando a influência de quem habita a periferia, os planos diretores, os agentes modeladores do espaço e os contextos histórico, político e econômico. A pesquisa teve como base dados temporais distintos, dos anos 1960 até 2010, além de arquivos das Prefeituras Municipais de Chapecó e Xanxerê. Constatou-se, com os resultados, a influência das instalações de algumas indústrias, ao longo da rodovia de ambas as cidades, no processo de urbanização da região. Além disso, foi possível observar o avanço da rodovia ora planejado, ora não, algumas vezes gerando impactos ambientais. Nessa perspectiva, essa avaliação fornece subsídios para refletir sobre o que o poder público e a sociedade têm feito perante a dicotomia centro-periferia, no sentido de buscar um equilíbrio de interesses econômicos, ambientais e fundamentais visando à qualidade de vida da população. Palavras-chave: Segregação socioespacial. Plano diretor. Espaço urbano.

1 INTRODUÇÃO

A partir de um olhar mais atento às questões urbanísticas, de que maneira a segregação socioespacial está afetando o cotidiano dos cidadãos e das Cidades de Chapecó e Xanxerê? Como é confrontada essa realidade? Desse questionamento surgiu o anseio de investigar essa prática direcionando a pesquisa a esse recorte espacial.

A sociedade está em constante processo de mutação, tornando-se um organismo mais e mais complexo, que acaba por trazer à tona todos os problemas históricos em relação ao Planejamento Urbano. Sabe-se que o processo de urbanização reativa questões ambientais, populacionais, econômicas, regionais, sociais, além de aspectos oriundos do aumento populacional, por exemplo.

Nesse sentido, a legislação existente é bastante branda, visto que amiúde é alicerçada à corrupção e a outros interesses que prejudicam as necessidades do coletivo. Diante dessa inércia, é possível observar cada vez mais disparidade entre as classes sociais.

Considerando-se esses aspectos, é interessante buscar maneiras de compreender o modo como a segregação socioespacial se manifesta e de que forma esse quadro pode ser revertido, priorizando a garantia dos direitos humanos fundamentais e a participação política e social de todos.

^{*} Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pesquisadora de iniciação científica da Universidade do Oeste de Santa Catarina; carolinecachoeiraa@gmail.com

^{**} Especialista em História pela Universidade de Passo Fundo; Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; manoel.mattos@unoesc.edu.br

2 PANORAMAS

2.1 BREVE PANORAMA DE CHAPECÓ

Chapecó é uma cidade média do Extremo-Oeste catarinense, que dista pouco mais de 550km da Capital do Estado, Florianópolis. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014), a população chapecoense é de 209.009 habitantes, e a Cidade é conhecida como a capital do Oeste em razão de sua importância para o País e região, especialmente na área comercial.

De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE (2014), cerca de 92% da população corresponde ao espaço urbano, enquanto 8% vive na área rural da Cidade. A população que reside na parte urbana se distribui por 31 bairros, que se formaram a partir do centro e dos eixos viários que dão acesso à Cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2012).

O maior bairro é o Efapi, que em 2010 abrigava 26.543 habitantes, duas vezes mais que o centro, com 13.060 habitantes (CHAPECÓ, 2012).

O acesso ao Município pela Rua Plínio Arlindo de Nês, assim como o contorno da Avenida Leopolto Sander possuem em sua extensão uma concentração de serviços, empresas, distribuidoras de produtos alimentícios, veículos e transportadoras (FUJITA, 2013).

A Arquiteta e Urbanista Fujita (2013) ressalta um interesse bastante grande das empresas em se instalarem nas proximidades desses eixos, onde existem, também, conjuntos habitacionais com pouca infraestrutura e difícil acesso ao centro, o qual, em contrapartida, é bem estruturado e concentra maior renda mensal, assim como os bairros Maria Goretti, Presidente Médice e Jardim Itália, que frequentemente recebem investimentos públicos.

Os bairros mais carentes de infraestrutura e com menor rendimento mensal por domicílio são periféricos e localizam-se normalmente em áreas ilegais, como é o caso do São Pedro (EPAGRI, 2003).

O crescimento populacional ocorrido na Cidade em razão da busca por emprego e da modernização da agroindústria gerou consequências negativas, pela falta de planejamento e infraestrutura para o acolhimento dessas pessoas, que se aglomeraram na Cidade de forma bastante rápida. A maior sequela desse crescimento desenfreado foi a desigualdade social, que passou a fazer parte do espaço urbano, com a formação de bairros operários sem infraestrutura, assentamentos precários e direcionamento da população mais pobre para regiões excluídas da Cidade (RECHE, 2008).

De acordo com Hass (2006), as poucas ações para a questão habitacional que se tem registro aconteceram por volta de 1997, quando iniciou a discussão para implementação das medidas vigentes no Estatuto da Cidade, aprovadas em 2001.

A fim de verificar tais inconvenientes, o Plano Diretor de Chapecó tem sido revisado constantemente, mas geralmente com pouca participação popular e predominância do setor da construção civil e imobiliário. O Plano de 2006 propunha aumento da área para construção e mostrou-se conivente com o setor privado, tornando-o condutor do urbanismo da Cidade (FACCO; FUJITA; BERTO, 2014).

Em 2014, novamente o Plano foi revisado, e depois de algumas audiências públicas, o documento implementou regras visando a uma política de desenvolvimento de acordo com as necessidades de cada espaço. Nesse momento, de acordo com Hubner (2014), a participação do povo foi bem maior.

A nova atualização do Plano Diretor serviu para que funcione em toda extensão da Cidade. Além disso, foram definidas regras para o desenvolvimento equilibrado da área de habitação, meio ambiente, parcelamento do solo, mobilidade urbana, considerando-se os seguintes pilares: direção de crescimento da Cidade, altura dos prédios em relação à largura das vias e turismo (HUBNER, 2014).

2.2 BREVE PANORAMA DE XANXERÊ

Xanxerê, também conhecida como a Capital do Milho, tem em média 48.370 habitantes, considerando-se as áreas rural e urbana. É sede da Associação dos municípios do Alto Irani (AMAI), composta por 17 municípios, atrai diversos investimentos e, assim como Chapecó, é uma cidade polo de Santa Catarina. Dista 550 km de Florianópolis e

possui 28 bairros, sendo o Centro e o Bairro dos Esportes os mais populosos, com 5.084 habitantes e 2 558 habitantes respectivamente (IBGE, 2015).

Existem três acessos possíveis para Xanxerê, pela BR 282, SC 155, pelo contorno viário Oeste e pela SC 480. Assim como em Chapecó, existe, em diferentes proporções, uma disputa visível de terras entre comércio e residências nos acessos à Cidade. Em Xanxerê, o número de empresas que se localizam nas margens dos acessos é bem pequeno, mas vem crescendo ao longo dos anos.

Conforme Mattos (2007), a Cidade é bem localizada, em razão de sua posição na BR 282, a Economista explica que isso contribui de várias formas positivas, pois coloca o Município em contato com diversos mercados nacionais, favorecendo também o comércio via Mercosul.

Acima do contorno viário Oeste é possível perceber um pequeno assentamento; essa região, assim como o Bairro dos Esportes, é carente em infraestrutura, com residências de aparência humilde, logradouros sem pavimentação e drenagem pluvial, além de algumas ruas sem passeio público.

Xanxerê também possui um ponto ainda mais crítico, a Vila União, que está localizada no bairro dos Esportes, área distrital do Município. Por ser uma espaço de ocupação irregular, com ruas feitas pelos próprios moradores, acaba ocorrendo uma série de problemas, como a inexistência de escoamento das águas e rede de esgoto; as ruas são de chão batido e seu traçado segue a conformação aglomerada dos terrenos.

O Rio Xanxerê é considerado, teoricamente, um fator limitante de expansão de área, entretanto, as pessoas construíram moradias em suas margens, não considerando a distância mínima de 30 metros de área de preservação. Além disso, ainda houve da ocupação irregular extremamente próxima às torres de alta tensão, desrespeitando, novamente, a distância mínima de 35 metros necessária para evitar o comprometimento da saúde dos moradores.

Os bairros São Romero e Santos Dias apresentam as mesmas deficiências que a chamada "Vila Sapo". A delimitação do bairro São Romero é a BR 282, consideravelmente longe do centro da Cidade. Algumas ruas possuem pavimentação, contudo, não há passeio público, placas de sinalização e lixeiras. O bairro Santos Dias, cortado pela SC 155, também apresenta alguns problemas de infraestrutura, ruas estreitas, sem pavimentação, sinalização e demais mobiliários urbanos, além de se localizar muito longe do centro.

Em contraponto com as deficiências encontradas no restante da Cidade, o centro é muito bem estruturado, apesar de serem contrados pequenos problemas pontuais em relação ao mobiliário urbano. No Bairro La Salle, que é muito próximo ao centro, o mesmo se repete, é possível observar um poder aquisitivo mais elevado, em razão da exuberância das residências e da conservação dos equipamentos urbanos.

2.3 PANORAMA GERAL

A principal empresa colonizadora atuante no Extremo-Oeste foi a *Bertaso, Maia & CIA*, fundada por volta de 1918, cujo dono encaminhou à região cerca de 8.000 famílias, as quais povoaram os municípios que são hoje as Cidades estudadas neste trabalho, Chapecó e Xanxerê, além de Xaxim e Coronel Freitas (MATOS, 2007).

Cunha (1992) acrescenta que o fenômeno demográfico mais significativo após 1950 foi o da urbanização. Nesse sentido, com o auxílio das Tabelas 1 e 2, que apresentam o crescimento populacional em razão do tempo, é possível constatar que em ambos os casos o processo de urbanização torna-se mais acelerado por volta dos anos 1970/1980.

Tabela 1 – População de Xanxerê em décadas

Ano	População total	População urbana	%	População rural	%
1960	16 147	4 169	25,82	11 978	74,18
1970	24 859	9 115	36,67	15 744	63,33
1980	30 014	17 650	58,81	12 365	41,19
1990	37 638	27 659	73,77	9 872	26,23
2000	37 429	33 203	88,71	4 226	11,29
2010	44 128	39 123	89	4 979	11

Fonte: Matos (2007).

Tabela 2 – População de Chapecó em décadas

Ano	População Total	População Urbana	%	População Rural	%
1960	52 089	10 939	21	41 150	79
1970	50 117	20 591	41,08	29 526	58,92
1980	83 864	55 286	65,92	28 578	34,08
1990	123 050	96 751	78,62	26 299	21,38
2000	135 884	119 578	88	16 306	12
2010	183 561	168 159	91,60	15 402	8,40

Fonte: Matos (2007, p. 48-49).

Chapecó e Xanxerê são consideradas cidades médias, que desde a década de 1970 têm desempenhado papel relevante na dinâmica do País. De acordo com Motta e Mata (2009), "A importância das cidades médias reside no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos [...]"

Além disso, elas possuem a capacidade de atrair população aos seus territórios, em razão dos menores índices de criminalidade, áreas verdes, oferta de emprego e recursos educacionais. Em contrapartida, à medida que a cidade vai atraindo moradores e atividades, surgem novos problemas urbanos. Sposito (2004) destaca que "[...] nas cidades médias os processos excludentes são mais perversos do que nas metrópoles, acentuando ainda mais as desigualdades sociais ou mesmo 'naturalizando' a diferenciação social."

Dois elementos já muito estudados que vão ao encontro desse pensamento são os shoppings e loteamentos. Em Chapecó, por exemplo, o Shopping Pátio Chapecó, por ser um espaço privado, acaba se tornando uma ilha, visto que quem tem acesso à compra é a população com poder aquisitivo mais elevado. Xanxerê, contudo, não possui shopping, ao passo que compartilha com Chapecó o fato de ter condomínios fechados, considerados uma das formas mais destacadas da desigualdade na sociedade moderna, de acordo com o Urbanista Villaça (2011). Caldeira (2000) explica que isso ocorre porque, embora alguns espaços aproximem diferentes grupos sociais, o que os tem separado atualmente, são os muros e tecnologias de segurança, os denominados por ele "enclaves fortificados".

Villaça (2001) ainda acrescenta que a desigualdade social também pode ser sentida e observada com apenas uma volta pela cidade, prestando atenção no perfil da população, na infraestrutura do espaço e nas características urbanísticas. A segregação socioespacial no recorte de estudo pôde ser observada, principalmente, por meio do que Corrêa (1999) chama de "[...] diferencial da capacidade que cada grupo social tem em pagar pela residência que ocupa", em razão de tamanha dualidade, que acentua o processo segregativo e retalha a cidade.

3 VERIFICAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 O DESENVOLVIMENTO URBANO DE CHAPECÓ

Chapecó, em 1970, já apresentava sinais de disparidade, a área central detinha maior concentração habitacional, enquanto a ocupação nas periferias acontecia mais lentamente. Reche (2008) afirma que, por volta dos anos 1980, o índice de urbanização sofreu considerável aumento principalmente em regiões periféricas por conta da instalação de agroindústrias. Além disso, a autora destaca a ampliação sofrida pelo traçado do perímetro urbano, em decorrência do do desenvolvimento isolado da malha urbana de muitos loteamentos.

Com o plano diretor de desenvolvimento territorial aprovado em 2004 vieram alguns instrumentos de desenvolvimento urbano e intervenção do solo. Conforme Monteiro (2006), a prioridade do plano foi a habitação de interesse social, atendendo às diretrizes do Estatuto da Cidade.

Reche (2008) salienta que as propostas do Plano de Desenvolvimento Urbano de Chapecó de 1974 concentravam-se em aspectos da lei de zoneamento e desenvolvimento econômico, definindo a área industrial, e em políticas para ocupação, além de um norte para a urbanização da cidade e organização do sistema viário. Tais propostas focavam mais no ponto de vista econômico, a fim de promover a criação de polos industriais.

A Arquiteta e Urbanista ainda explica que o Plano Diretor foi estruturado conforme as diretrizes do Serviço Federal de Habitação Social (SERFHAU), com identificação dos problemas urbanos e definição das metas a serem cumpridas pelo Município, além da determinação de leis que regeriam tais metas.

Atualmente Chapecó organiza-se da seguinte forma: o centro admite maior gabarito e vai se rarefazendo ao longo do restante da Cidade. Apesar de a forma como a Cidade é organizada parecer ideal, na realidade acaba evidenciando os conflitos urbanos por conta da implantação de agroindústrias e da população que estas atraem. O Plano Diretor, apesar de considerar, em teoria, o crescimento acelerado, não determina soluções e ferramentas que amenizem a segregação socioespacial (RECHE, 2008 p. 93).

Com o intuito de solucionar essa questão, foi proposto um banco de terras para regular os preços dos terrenos, o que, de acordo com Reche (2008), não foi viabilizado sob forma de lei. No plano diretor em questão, consta a criação de um distrito industrial, além de prever a criação de um parque urbano separando a área residencial da industrial e de um contorno viário para evitar o tráfego pesado na área central, o que aponta diretamente para a periferização da população pobre, já que reforça a infraestrutura da região central.

Em 1980, com a Lei de Zoneamento, consolidou-se a ideia de reserva da área central para melhor infraestrutura, e as áreas próximas à agroindústrias para trabalhadores de baixa renda. A área de agroindústrias foi bastante privilegiada em relação aos acessos, mão de obra e implantação (RECHE, 2008).

O Bairro Efapi se desenvolveu em razão de agroindústrias e da universidade (UnoChapecó), mas sem receber nenhum conjunto habitacional por um longo período, obrigando pessoas de renda mais baixa a se instalarem em áreas irregulares ou se sujeitando a loteamentos que não cumprem normativas quanto à oferta de estrutura (CEOLIN et al., 2009).

Com o passar dos anos, houve um aumento do número de investimentos governamentais, e conjuntos habitacionais de interesse social começaram a ser produzidos, mas com valores de mercado que superavam o que a clientela poderia pagar, manifestando, de acordo com Bonduki (2012), novos empecilhos urbanos, como o agravamento das dificuldades preexistentes na mobilidade urbana, a extensão exagerada do perímetro urbano e, como consequência disso, o comprometimento do acesso às mais diversas atividades do Município.

Reche (2008) ainda chama atenção para as tipologias das moradias nos loteamentos de Chapecó, as quais não oferecem alternativas para ampliação ou espaços úteis para moradia básica, o que aponta para a construção de moradias que não atendem às necessidades dos proprietários.

3.2 DESENVOLVIMENTO URBANO DE XANXERÊ

Xanxerê, desde o êxodo rural na década de 1970, seguiu um modelo norte-americano de expansão infinita, com espraiamento do tecido urbano e baixas densidades demográficas. A população passou a se instalar em locais impróprios para habitação, e a urbanização equivocada, mal fiscalizada e sem critérios do perímetro urbano gerou um cenário com dificuldades para viabilizar habitações de interesse social mesmo com a oferta de programas habitacionais. O valor de terra e a falta de planejamento da Cidade ocasionam a fixação de famílias em áreas de risco (FAVERO; BATISTA, 2014).

Em 2006, o primeiro plano diretor de Xanxerê foi aprovado, e, ao contrário de Chapecó, Xanxerê tem o perímetro urbano bastante extenso, promovendo dificuldades na manutenção da Cidade e pouco controle sobre obras; o parcelamento do solo se torna irregular, já que existe muita dificuldade em controlar os vazios urbanos.

Favero e Batista (2014) atentam para o fato de que o modelo de crescimento de Xanxerê é bastante incentivado, contudo, o ambiente natural vem sendo destruído gradativamente, e a manutenção e operação da Cidade tornam-se altíssimos em decorrência da grande área e baixa densidade populacional. Sposito (2000) afirma que a unidade espacial da Cidade, em contraponto ao campo, encontra-se em processo de dissolução comprovado pela diminuição relativa das taxas de densidade demográfica em espaços urbanos ou periurbanos e chama atenção para a escassa função social da Cidade.

Alguns aspectos do Estatuto da Cidade obrigatório no Plano Diretor em Xanxerê ainda não foram regulamentados, dessa maneira, não são necessariamente aplicados. Favero e Batista (2014) sugerem que, a fim de frear a expansão do perímetro, seria interessante a implementação do IPTU progressivo, visto que em curto prazo colocaria lotes baldios no mercado.

O Município deveria regulamentar áreas prioritárias e diminuir os índices construtivos, mas deixaram de lado a visão socioambiental, e, em consequência, as taxas de ocupação, o índice de aproveitamento e o número de pavimentos ultrapassaram os índices de salubridade, inviabilizando qualquer ganho ambiental (FAVERO; BATISTA, 2014).

Favero e Batista (2014) constataram que, infelizmente, no Município são praticamente inexistentes a gestão do uso do solo, o planejamento e a gestão ambiental. Assim, reiteram que quando acontecem enxurradas e inundações, estas são tratadas como fatalidade, não como ingerência pela falta de aplicação de conhecimentos técnicos a respeito.

4 RESULTADOS

A partir da década de 1950 a expansão de Chapecó ocorreu em todos os quadrantes; Facco, Fujita e Berto (2014) justificam esse crescimento especialmente pela aprovação de quase 250 loteamentos. Vinte anos depois, o fenômeno voltou a ocorrer, novamente, pela aprovação de novos loteamentos, inserção da UnoChapecó, Cooperalfa, Sadia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Esse período já sofria as influências da cidade mais urbanizada, com novas características e dinâmica pela inclusão de novos agentes produtores e mobilizadores de espaço, como a Havan, o hipermercado Big e o Shopping Pátio Chapecó.

Facco, Fujita e Berto (2014) reforçam a importância da agroindústria e demais agentes modeladores de espaço para o processo de urbanização dessa região, e lembram, também, a força dos planos diretores no decorrer das décadas, na tentativa de ordenar e planejar o uso e a ocupação do solo no espaço urbano.

No recorte estudado, mesmo reconhecendo os problemas do crescimento desenfreado, os planos diretores não previam soluções adequadas. Em Chapecó, o Plano Diretor de 1974 propôs ordenamento do espaço sem reconhecer os conflitos urbanos e ambientais preexistentes. Na atualização de 2004, reconheceu esses conflitos e restringiu o processo de urbanização. Em 2006 e 2007 a revisão do Plano Diretor ampliou as áreas para construção em todos os locais. Em 2010, a questão levantada foi a da bacia do Lajeado São José, argumentando a liberação da urbanização na área da bacia, o que poderá vir a prejudicar a qualidade e quantidade de água que abastece a Cidade (FACCO; FUJITA; BERTO, 2014).

No caso de Xanxerê, observou-se que a população deixou de ser essencialmente rural a partir da década de 1980. Essa alteração na composição da Cidade, de acordo com Matos (2007), gerou algumas alterações na economia, desenvolvendo os setores secundário e terciário, em razão do êxodo rural.

A área industrial da Cidade instalou-se no contorno da SC 282, e a partir dali foram implantadas residências no entorno, ocorrendo, atualmente, conflito de usos, fazendo com que o atual Código de Zoneamento impeça a ampliação das atividades industriais nesse espaço (MAIA; LUDWIG, 2012).

O setor do agronegócio no Município impulsionou fortemente seu desenvolvimento e, consequentemente, o aumento populacional considerável. Matos (2007) observou, também, que durante a colonização migrantes se instalaram na área urbana fixando pequenos comércios e prestações de serviços no geral, o que evidentemente foi muito positivo para a Cidade.

O uso residencial e misto predomina em todos os quadrantes, principalmente nas periferias. Conforme Maia e Ludwig (2012), as áreas residenciais estão de acordo com a legislação, contudo, o mesmo não se aplica para indústrias e comércio. Apesar disso, a autora destaca que Xanxerê não se saiu muito bem em alguns aspectos de infraestrutura, visto que grande parte do contingente da área urbana instalou-se em locais impróprios para habitação.

O planejamento urbano de Xanxerê, que segue uma linha bastante equivocada, chamada de modelo americano de expansão infinita, associado à especulação imobiliária, trouxe um cenário que dificulta demais a viabilização de
habitações de interesse social, mesmo com a existência e oferta de programas desse caráter. Além disso, constatou-se a
insistência em direcionar as famílias para áreas de risco, em razão do encarecimento de terras e da falta de planejamento
(BATISTA; FAVERO, 2014).

Maia e Ludwig (2012) ainda apontam para uma diferenciação de preço de terra de acordo com a região em que o terreno se encontra, ou seja, os valores mais elevados ficam situados na área central e nobre, e nas áreas periféricas ou condicionadas pela topografia, esses valores vão diminuindo.

Assim como Chapecó, Xanxerê também sofreu impactos positivos em decorrência da inserção de agentes modeladores de espaço; nesse momento, pode-se listar a Universidade do Oeste de Santa Catarina e as escolas de nível

Superior e Técnico, como IFSC, SESC e Senai, que agem como articuladores do desenvolvimento e trazem nova dinâmica para a Cidade.

De modo geral, o desenvolvimento de ambas as cidades se deve, especialmente, à implantação de agroindústrias em seus territórios. Aliado a isso, os agentes modeladores de espaço e os planos diretores resultaram em impactos e conflitos sociais e ambientais que se estendem até os dias atuais.

Para exemplificar tais impactos, observou-se uma grande quantidade de lotes vazios na área urbana do recorte estudado, evidenciando a espera pela valorização das terras e o quanto os municípios estão à mercê dos interesses sociais e imobiliários, encarecendo a cidade e diminuindo a densidade demográfica. No centro das Cidades especialmente, foi possível constatar uma repulsão populacional a fim de priorizar atividades econômicas.

Iyer (2004) evidencia que as políticas públicas não estão, de fato, promovendo interação entre as partes social e territorial. E ainda salienta que o elemento mais visível em relação ao planejamento urbano é a segregação espacial à qual a população mais pobre é submetida.

5 CONCLUSÃO

De modo geral, pode-se afirmar que muitas questões relacionadas ao Plano Diretor não estão resolvidas, para isso, são aplicadas medidas provisórias que resolvem problemas imediatos e não em longo prazo. Historicamente, o planejamento urbano das cidades estudadas neste artigo, não supriram a demanda por moradias populares, abrindo espaço para loteamentos periféricos que demoraram a se conectar à parte urbanizada das cidades, ficando por muito tempo sem acesso à infraestrutura adequada, a investimentos públicos e à integração ao restante da cidade.

Embora os pequenos municípios do Brasil não sofram com os mesmos problemas dos grandes centros urbanos, eles vivenciam a falta de diretrizes e instrumentos que orientem seu desenvolvimento. Por isso, Maricato (2010) justifica que leis e planos são insuficientes na construção de cidades mais justas e equilibradas.

É necessário prever a expansão urbana e seu papel junto aos elementos que estruturam uma cidade, além de tirar partido das áreas próximas aos contornos viários, por exemplo, visto que são as responsáveis pelo dinamismo entre as cidades da região. Além disso, a fim de catalisar o funcionalismo da cidade, é interessante existir incentivo e investimento no sistema de transporte público municipal, sem ater-se ao uso de veículo próprio como meio de locomoção, como já vem ocorrendo.

Sobretudo, enfrentar o desafio fundiário é essencial, pois envolve a manutenção da qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, o desenvolvimento equilibrado de uma cidade depende muito de diagnósticos que levantem dados do território que está sendo trabalhado, como parcelamento do solo, circulação e atividades econômicas, sempre considerando as deficiências, precariedades e questões ambientais, para, assim, propor mudanças significativas.

Posterior a isso, é necessário que o Plano Diretor em vigor assegure instrumentos de planejamento mais efetivos por meio de ações relacionadas à habitação, ao controle da segregação socioespacial existente, à preservação de espaços públicos e de convívio em áreas ainda não consolidadas e à requalificação das já existentes, além da inserção de equipamentos de saúde e lazer de caráter regional.

O objetivo com este artigo foi evidenciar os desafios e limitações que municípios menores têm para lidar com o planejamento urbano, além de levantar questionamentos e contribuir para a atualização de análises já existentes sobre o recorte de estudo, cujos pontos centrais abrangem as dificuldades para implementação de tudo o que assegura o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de cada uma, os interesses conflitantes entre a população mais pobre e a camada que mobiliza o espaço, ou seja, benefícios particulares, a evidência do poder público local e um parâmetro urbanístico aplicável à realidade de cada cidade.

Urban model and segregation of the individual in the urban space

Abstract

Xanxerê and Chapecó are municipalities situated in Western Santa Catarina and have considerable regional influence. The urbanization of both cities in recent decades has been associated with intense agribusiness activity, however, both show signs of social and spatial inequalities. In this sense, the proposal with this article is to reflect on this process over time, highlighting the expansion of the cities, the

phenomenon of social and spatial segregation due to the expansion, as well as the experiences and perceptions of who lives there. For that, it was necessary to approach the process of urban occupation, evaluation the influence of who inhabits the periphery, the director plans, the space modeler agents and the historic, politic and economic contexts. The work had as base distinct temporal data, from the 60s to 2010, besides the Archives of the City of Chapecó and Xanxerê, SC. It was found, with the results, the influence of the installations of some industries, along the highway of both cities, in the urbanization process of the region. In addition, it was possible to observe the urbanization advance sometimes planned, sometimes not, generating environmental impacts. In this perspective, this assessment provides subsidies to reflect on what the Government and the society have made in order to seek balance of economic, environmental and fundamental interests, aiming the population's quality of life.

Keyworks: Social and spatial segregation. Director plan. Urban space.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Diretor Participativo**: Guia para elaboração pelos Municípios e Cidadãos. 2. ed. Brasília, DF: Confea, 2005.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política habitacional e programas públicos de habitação. **Plano Nacional de Habitação – produto 02**, v. 2, dez. 2007. Suplemento. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/planhab/produtos/produto-2/Capitulo%206.pdf. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Programa Minha Casa, Minha Vida – Pmcmv. Brasília, DF, 07 jul. 2009.

CEOLIN, Sinara et al. **Política habitacional em Chapecó – SC**: A ação Pública no planejamento urbano. 2009. Disponível em: <unochapeco.edu.br>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CHAPECÓ (Município). **Lei Complementar n. 202, de 06 de janeiro de 2004**. Plano Diretor. Chapecó, 2004. Disponível em: http://www.chapeco.sc.gov.br/prefeitura0/>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro: Garamond, ano 4, n. 6, p. 43-53, 1999.

FACCO, Janete; FUJITA, Camila; BERTO, James Luiz. Agroindustrialização e Urbanização de Chapecó – SC (1950 – 2010): Uma visão sobre os impactos e conflitos urbanos e habitacionais. **Redes - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 187-215, jan. 2014.

FAVERO, Rosangela; BATISTA, Geovani Rafael. **Gestão do uso do solo, com enfoque ambiental, em Xanxerê, Santa Catarina, Brasil – Mapeamento de áreas públicas municipais**. 2014. Disponível em: http://www.usp.br/nutau/anais_nutau2014/trabalhos/Nova pasta/favero_rosangela.pdf. Acesso em: 26 jan. 2016.

FUJITA, Camila. **CHAPECÓ**: estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. 2013. 28 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

HASS, Monica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana Maria (Org.). Os planos diretores e os limites de uma gestão urbana democrática: as experiências de Chapecó, Xanxerê e Concórdia (SC). Chapecó, SC: Argos, 2006.

HASS, Monica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana Maria. **O Plano Diretor de Chapecó (SC) e a possibilidade de um pacto social à luz dos princípios do Estatuto da Cidade**. 2008. Disponível em: <www.unisinos.br/pesquisa-e-inovacao/periodicos-unisinos>. Acesso em: 06 jan. 2016.

HUBNER, Vanessa. **Prefeitura de Chapecó entrega Novo Plano Diretor à Câmara de Vereadores**. 2014. Disponível em: http://www.chapeco.sc.gov.br/. Acesso em: 27 jul. 2015.

IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE. **Coordenação de População e Indicadores Socias – COPIS**. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 19 jan. 2016.

IYER, Patricia. Liability in the Care of the Elderly. **Journal of Obstetric, Gynecologic, and Neonatal Nursing**, v. 33, i. 1, p. 124-131, Jan. 2004.

KAWASAKI, Yoshinori; FRANSES, Philip Hans. Detecting seasonal unit roots in a structural time series model. **Journal Of Applied Statistics**, v. 30, i. 4, p. 373-387, May 2003.

MAIA, Claudio Machado; LUDWIG, Dione Paula. **Novas territorialidades regionais no Oeste Catarinense**: Reestruturação produtiva e urbana das cidades de maior influência da região. Chapecó, 2012.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da cidade periférica. In: CITIES ALLIANCE/MINISTÉRIO DAS CIDADES (Org.). **O Estatuto da Cidade comentado**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

MATOS, Marta Fátima Frozza de. **EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE XAN-XERÊ – 1960 A 1990**. 2007. 88 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MOTTA, Daiane; MATA, Daniel da. A importância da cidade média. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 47, n. 6, p. 1-2, 19 fev. 2009. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1002:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 fev. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Chapecó em dados**. Disponível em: http://www.chapeco.sc.gov.br/. Acesso em: 21 abr. 2012.

RECHE, Daniella. A influência do capital agroindustrial na distribuição sócio-espacial urbana do município de Chapecó no Sul do Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/257. htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

RECHE, Daniella. **Leis e planos urbano na produção da cidade**: O caso de Chapecó, SC. 2008. 167 p. Monografia (Especialização em História e Arquitetura da Cidade)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-58, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004>. Acesso em: 26 jan. 2016.